



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 1.980.

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 81.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1.980

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Jurandir Messias.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios ao Delegado Regional do IBDF e ao Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando investigações na região da Colônia Santos Andrade, no Município de São José dos Pinhais, onde estaria ocorrendo desmatamento indiscriminado, bem como ameaças à segurança dos habitantes daquela localidade.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.980.

MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Dias atrás o filho de um posseiro da região em referência foi surrado por alguns elementos, posteriormente identificados apenas como “pistoleiros gaúchos”. Este fato despertou a atenção de algumas pessoas que procuraram saber detalhes sobre o fato, chegando a conclusão que a situação nas proximidades da Usina do Caximbo, na Colônia Santos Andrade é de preocupação e insegurança. Posseiros e proprietários de terras estão de guarda, evitando a aproximação de estranhos. Qualquer pessoa desconhecida que chegue na região corre perigo, pois o clima é de suspense. Segundo informações colhidas naquele local os pistoleiros são do Rio Grande do Sul, contratados para

retirar daquele local os posseiros. Inclusive elementos estranhos estão provocando desmatamento, retirando árvores, nas proximidades da Serra do Mar. Todos estão armados e as ameaças por lá são constantes.

Fica a solicitação para uma investigação maior no local, visando apurar a verdade, levantando os dados da denúncia.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 104/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a “LOJA MAÇÔNICA OLIVEIRA ZANINI Nº 45”, com sede e foro na Cidade de Campo Mourão.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A sociedade que ora se pretende declarar de utilidade pública tem por finalidade o caráter beneficente e cultural crendo em Deus, para o aprimoramento do caráter, a fim de combater os erros e a ignorância, sem fim lucrativo, não havendo distinção de raça, cor ou religião.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara. (Ausente).

Concedo a palavra ao nobre Deputado Palácios.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em 22 de março de 1.979, encaminhamos através desta Casa e aprovado pelo Plenário um expediente à RADIPAR e ao Governo do Estado do Paraná para que tomassem as providências necessárias, para que, através daquele órgão, se emitisse sinais de TV de uma das emissoras de nosso Estado, porque no Norte Pioneiro apenas recebíamos imagens das emissoras paulistas, e, por isso mesmo, muitas vezes ficávamos à mercê de notícias do Estado do Paraná. E, concorrendo também para um desligamento de comunicação através de TV entre o Norte Pioneiro e a Capital do Estado.

E ainda também, porque as próprias emissoras de TV que lá operavam, que chegavam suas imagens, absorviam toda a propaganda do Estado, e recursos que deveriam ser encaminhados por propagandas de nosso comércio às emissoras paranaenses estavam sendo absorvidos pelas emissoras paulistas.

E, através da RADIPAR recebemos expediente de que haviam sido tomadas providências para que, através do Governo do Estado fossem com torres de retransmissão atendida esta nossa solicitação. E, agora em 2/8/80 nos jornais “Gazeta do Povo”, “O Estado do Paraná” e “Folha de Londrina”, tivemos a satisfação de ver as notícias em que o Secretário do Interior, Dr. Renato Johnsson, anunciava que, dentre as medidas tomadas, que esta nossa solicitação de sinal de TV até o Norte Pioneiro estava programada e teria, sem dúvida alguma, a sua concretização até o final do ano de 1.980.

Portanto, quero neste instante, registrar aqui os nossos cumprimentos à RADIPAR e à Secretaria do Interior, e os nossos agradecimentos ao Governo do Estado do Paraná pelas medidas tomadas.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje ocupo a tribuna para tentar desfazer uma imagem que o meu colega de bancada, Deputado Pinto Dias, talvez por má informação, deixou ao veicular à imprensa suas desconfianças com relação ao café, que está sendo plantado no litoral de nosso Estado.

O lançamento do plantio do café no litoral foi patrocinado pelo Centro do Comércio de Café de Paranaguá, que, com muito acerto, viabilizou aquela cultura.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, o café litorâneo não está se desenvolvendo, o seu plantio, ao Deus dará! Ali as áreas para tal são limitadas. Somente em regiões favoráveis os locais são liberados e isto após minuciosos estudos promovidos pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas), I.B.C. e a nossa ACARPA.

Portanto, o litoral paranaense não está, em seu todo, loteado para o café, mas somente aquelas áreas que, de acordo com as mais modernas técnicas, são autorizadas.

Se não bastasse o fato de que o nosso litoral é uma das regiões mais carentes do Paraná, necessitando de todas as sortes de incentivos, a cultura do café ali tem as suas razões práticas e que estão a demonstrar que a cafeicultura litorânea, em todos os sentidos, vem sendo superior a de outras regiões tradicionais.

A par da uberdade do solo litorâneo, o custo operacional da cafeicultura ali está entre trinta e setenta mil cruzeiros o alqueire, fato que qualquer pessoa sabe que em outras regiões este valor é, seguramente, sete vezes maior.

O fato mais importante desta cultura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a cultura do litoral não é interrompida pelos efeitos da geada ou do granizo, o que permite uma produção superior por alqueire plantado.

No que concerne aos aspectos relacionados à produção, os fatos estão a demonstrar que o café do litoral está pronto para colheita aos dois anos do plantio ou após o primeiro ano se nós partirmos das mudas, o que não ocorre de maneira alguma com o café plantado em outras zonas.

O IAPAR em relatório divulgado afirma que o cafeeiro litorâneo é mais produtivo do que de outras regiões.

Por ser colhido a dedo e esta colheita somente ocorre quando o fruto está maduro e, por ser despolpado para secagem, o café que o Paraná produz em suas costas é igual ao exportado pela Colômbia, que é considerado o melhor do mundo. Isto quem afirma não sou eu mas sim o IAPAR.

Como este café não sofre a derriça ou seja, seus frutos não são puxados todos de uma só vez, o cafeeiro produz na mesma roseta, ocasionando uma maior produção na safra seguinte. Isto não ocorre nas outras plantações onde a derriça prejudica a produção e a qualidade do produto.

Outro fator importante, este de cunho eminentemente social: por ser catado, o café do litoral possui uma colheita mais longa o que não permite o excesso de mão-de-obra ou a escassez desta, dependendo do tempo. Com este sistema se mantém um número se bem que menor, mas por outro lado, permanente da mão-de-obra usada, o que elimina o "bóia-fria" da região.

Outra prova categórica das vantagens do litoral: a inexistência de pragas como Bicho Mineiro, Ferrugem e Nematóide que dão enormes prejuízos à nossa produção. O clima não permite o desenvolvimento dessas pragas. Este mesmo clima, por ser mais quente e úmido, permite uma adubação orgânica maior (cobertura morta) e mais constante, permitindo um acentuado

declínio no uso da adubação química. Por ser terra argilosa e não arenosa, o solo litorâneo também não padece de erosão.

Se isso não bastasse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo aqui outros fatores que recomendam a produção de café litorâneo: O Porto está à porta, o transporte do produto é mínimo, o que permite a grande economia de combustível, e a segurança por ser feito através de curto espaço de rodovias; o preço torna-se mais real por não possuir tantos entraves.

Como se vê são grandes as vantagens de se produzir café no litoral do Paraná. E melhor prova é que o Banco do Brasil já financiou perto de um milhão de pés e em função do enorme interesse demonstrado pelos cafeicultores, há grande possibilidade de financiar outro tanto. O investimento é tão bom, Sr. Presidente, que existem afora estes, mais um milhão de pés de café, plantados por iniciativa particular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal "O Estado de São Paulo", de domingo, retrata mais uma vez o momentoso problema da gleba Aripuanã, adquirida de forma duvidosa pela COTRIGUAÇU - Cooperativa Central Regional Iguaçu.

Na instalação e no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga todo o sistema cooperativista do Estado, surgiram à tona vários problemas com a administração da COTRIGUAÇU; inclusive relacionados com o mercado internacional de produtos que estavam sendo negociados com o exterior.

Posteriormente, Sr. Presidente, questionou-se a forma aquisitiva deste um milhão de hectares em Aripuanã, no Mato Grosso do Norte. Ulteriormente, soube-se que esta central cooperativista teria feito um empréstimo de grande vulto junto ao Banco do Brasil, para a aquisição desta área, para dar entrada no preço ajustado desta área.

Ocorre que hoje, depois de elevar o custo dessas terras, hoje, a COTRIGUAÇU é responsável por um débito que, só de juros, corresponde a um milhão e duzentos mil cruzeiros por dia, relacionados com esses encargos desses empréstimos.

Já há poucos meses questionava-se que a Diretoria da Central Cooperativista estaria passando o controle da mencionada área, para uma Companhia Multinacional, a SCHARP Empreendimentos, pelo valor de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros.

O que estamos denunciando aqui, Sr. Presidente, é que depois de várias reuniões com singulares, de várias viagens para entabular entendimentos com o Governo de Mato Grosso, em momento algum, apesar de todas as reivindicações e posições que aqui nós adotamos, não houve preocupação do Governo Federal, não houve preocupação da Presidência do INCRA e não houve preocupação, pelo menos preliminar, do Governo do Estado do Paraná, em solucionar esta questão momentosa, deste fabuloso empreendimento que é a área de Aripuanã.

Agora, Sr. Presidente, o jornal "O Estado de São Paulo" denuncia os fatos que dia-a-dia, vêm ocorrendo na boca do povo de Cascavel e da região, que esta área está para ser alienada a um grupo de especuladores imobiliários. E entre os

quais uma empresa: a Empresa Melhoramentos Norte do Paraná, que estaria adquirindo esta área por um bilhão, oitocentos e doze milhões de cruzeiros. Praticamente inferior ao preço já de março. A nossa posição, nesta tribuna, Sr. Presidente, em consonância com a posição adotada pela Cooperativa Agrícola de Cascavel, é no sentido de se preservar o interesse maior do agricultor e do associado, que chega perto de trinta mil associados, congregando a esta COTRIGUAÇU. É que o loteio desta Central não está sendo levado com determinação, com o objetivo de resguardar o interesse não só regional, mas sobre tudo o interesse do Paraná e do setor cooperativista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro Dumont. (Pausa). Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Deni Schwartz. (Pausa). Ausente, concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino. (Pausa). Tendo declinado, a Mesa consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do seu horário. (Pausa). Tendo declinado, consulta à Liderança do PMDB. (Pausa). Tendo declinado, consulta à Liderança do Partido Popular. (Pausa). Tendo declinado, consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Pausa) - (Declina).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

A Presidência comunica aos Senhores Deputados que, nos dias 14 e 15 deverá haver eleição da Seccional Sul do UPI, em Porto Alegre. Para tanto, solicito dos Srs. Líderes de Bancada, a indicação de um representante de cada bancada, para se fazer representar nesse evento, onde, também, será tratada a defesa de teses de Meio Ambiente, Reforma Tributária e Prerrogativas do Poder Legislativo.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

cô com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação das Secretárias do Paraná — ASSEPAR", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação Paranaense de Idosos", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 9/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 2/78), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual "João Manoel Mondrone", da sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 2/78), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Dr. Sadok de Sá, localizado naquela comuna. Parecer FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 28/80), que aprova os Termos do convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte — GEIPOT, que objetiva a elaboração do Programa Integral para o Corredor de Exportação. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/80, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Sociedade Pestalozzi São Miguel do Iguaçu", com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 55/80

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, com sede no Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1.980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Pestalozzi São Miguel do Iguaçu é uma sociedade civil de personalidade jurídica, sem fins econômicos ou lucrativos, tendo como objetivo principal o estudo, o tratamento, a educação e o ajustamento social de crianças e adolescentes que por seu desenvolvimento mental, aptidões ou caráter excepcionais, necessitam de assistência individual em ambiente médico e pedagógico especialmente orientado.

Assim, pela relevância da obra que desenvolve a Sociedade Pestalozzi em São Miguel do Iguaçu, atendendo os excepcionais mentais em um período diário, estruturando-se para exercer atendimento em caráter de semi-internato, solicito aos Senhores Pares apreciação especial deste projeto de lei, declarando de utilidade pública a sociedade em questão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 55/80.

PARER

1. De autoria do nobre Deputado Tércio Albuquerque, o presente Projeto de Lei n.º 55/80 tem por finalidade declarar de utilidade pública a SOCIEDADE PESTALOZZI SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.
2. Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.
3. Diante do exposto, nosso parecer é pela APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1.980

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

JOSÉ TAVARES, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/80, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Coelho Neto", com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 56/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a APP — Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Coelho Neto, com sede em Aurora do Iguaçu, Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1.980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Coelho Neto, do Distrito de Aurora do Iguaçu, Município de São Miguel do Iguaçu, é entidade jurídica sem fins lucrativos, tendo como principal objetivo congregar os pais e professores da escola em referência, para uma aproximação mais íntima entre os mesmos e os educandos, para o seu próprio aperfeiçoamento e visando a educação integral, intelectual, moral, social e física.

Pela natureza e relevância das atividades que são desenvolvidas por essa Associação de Pais e Professores, conforme atestam os documentos e relatórios em anexo, solicito apreciação especial dos Senhores Pares, propugnando pela declaração de utilidade pública da associação em questão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 56/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, o presente Projeto de Lei n.º 56/80 tem por finalidade declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES da Casa Escolar Coelho Neto, com sede e foro em Aurora do Iguaçu, Município de São Miguel do Iguaçu.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento, pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora do Instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL,

opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

JOSÉ TAVARES, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Said Fatuch Neto.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, com o apoioamento dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Domicio Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Scalco, ocorrido na Cidade de Francisco Beltrão.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Deputado Federal Samir Achoa (PMDB-SP), consubstanciado em voto de apoio e congratulações pela apresentação do projeto de lei que disciplina a convocação de escolares para comparecimento à solenidades públicas.— Aprovado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

6 Srs. Deputados o aprovam;

8 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 41 e 44/80, e de Resolução n.ºs 9 e 28/78 e 39/80.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 55 e 56/80.

Levanta-se a sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO
9ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e oitenta, na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação, com o fim específico de proceder sua instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Sr. Lineu Mansani Turra, e contando com as presenças dos Senhores Deputados Rosário Pitelli, José Antônio Del Ciel, e Augusto Carneiro representantes do Partido Democrático Social - PDS, e o Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, e pelo Senhor Deputado Mário Celso, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio verificou-se a maioria dos votos nos nomes dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Lineu Mansani Turra, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Sr. Deputado Gilberto Carvalho agradece a confiança nele depositada pelos membros deste importante órgão técnico, prometendo tudo fazer para não desmerecer esta deferência. O Senhor Presidente, após determinar que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência, convidou o funcionário Lélío Guimarães Sotto Maior para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado GILBERTO CARVALHO
Presidente
Lineu Mansani Turra
Tadeu Lúcio Machado
Mário Celso
Rosário Pitelli
José Antônio Del Ciel
Augusto Carneiro
Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 9ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos treze dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta, cumprindo indicação de suas respectivas Lideranças Partidárias, compareceram à Sala de Reuniões das Comissões os Srs. Deputados Cyro Martins, Ruben Valduga, Werner Wanderer e Ezequias Losso, pelo Partido Democrático Social - PDS, e os Srs. Deputados Lineu Turra e Carlos Zanolrenzi, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e o Sr. Deputado Mário Celso, pelo Partido Trabalhista - PTB, a fim de procederem a instalação e a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Indústria e Comércio. Iniciados os trabalhos, assumiu a Presidência o Sr. Deputado Carlos

Zanolrenzi, conforme determina o Regimento Interno, a fim de proceder a eleição. Procedida a eleição e verificada a votação, constatou-se a maioria de votos para os Srs. Deputados Werner Wanderer e Carlos Zanolrenzi, para a Presidência e Vice-Presidência, respectivamente. Solicitando a palavra, o Sr. Deputado Werner Wanderer, em seu nome pessoal e em nome do Sr. Vice-Presidente, agradeceu tão honrosas investiduras, dizendo do propósito em dinamizar os trabalhos desta Comissão e de pretenderem retribuir à altura dos Srs. Membros da mesma e demais Deputados deste Poder Legislativo, nos cargos em que ora foram eleitos. Após o que, estabeleceu que as reuniões da Comissão da Indústria e Comércio ficarão condicionadas à existência de matérias afetas à mesma, e que quando tal ocorrer, realizar-se-á após a sessão plenária, bem como indicou o funcionário Jayro Camargo, para exercer as funções de Secretário da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, a qual lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e Vice-Presidente, demais membros e por mim, Secretário, a fim de que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado WERNER WANDERER
Presidente
Deputado CARLOS ZANLORENZI
Vice-Presidente
Jayro Camargo — Secretário

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 9ª LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de abril de hum mil novecentos e oitenta, com a presença dos Srs. Deputados Florisvaldo Palácios, David Cherigate, José Domingos B. Teixeira, Fiori Luiz, Cyro Martins, Romero Filho e João Elísio, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, na sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência, na forma regimental, de acordo com o Art. 40 do Regimento Interno, o Sr. Deputado Cyro Martins. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão e anunciou o sufrágio. Verificou-se a apuração dos votos nos nomes dos Srs. Deputados Florisvaldo Palácios e Romero Filho, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente Assumindo o cargo para o qual fora eleito, o Sr. Deputado Florisvaldo Palácios agradeceu aos Membros da Comissão a confiança nele depositada. O Sr. Presidente, após determinar que as reuniões serão realizadas às segundas-feiras após a Sessão Plenária, indica a funcionária Diva do Valle Cavalcanti como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, e por mim, Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão.

(aa) Deputado FLORISVALDO PALÁCIOS
Presidente
Deputado CYRO MARTINS — Vice-Presidente
Diva do Valle Cavalcanti — Secretária

ATOS DAS COMISSÕES.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio, do ano de hum mil novecentos e oitenta, às dezessete e trinta horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Augusto Carneiro, e presentes os Srs. Deputados: Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Gilberto Carvalho, José Tavares, Renato Loures Bueno, Paulo Camargo e Waldyr Pugliesi, bem como demais Srs. Deputados desta Casa, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Constatou da HORA DO EXPEDIENTE, o Ofício n.º 403/80, da 4.ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio, acusando recebimento de fotocópia do Projeto de Lei n.º 10/80, que tramitou nesta Comissão. A seguir passou à ORDEM DO DIA: 1) - PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 26/80, da Comissão Executiva. Proibindo o porte de arma, de qualquer espécie, nos edifícios da Assembléia Legislativa do Estado. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo Geral. Deferida vista ao Deputado José Tavares. 2) - PROJETO DE LEI N.º 6/80, do Deputado David Cheriegate. Cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Sede Alvorada, como específica. Relator Deputado Leônidas Chaves. Requer seja convertido em diligência a fim de cumprir dispositivos legais. Deferido. 3) - PROJETO DE LEI N.º 41/80, do Deputado Airton Cordeiro. Declara de utilidade pública a Associação das Secretarias do Paraná - ASSEPAR -, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) - PROJETO DE LEI N.º 44/80, do Deputado Airton Cordeiro. Declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Idosos, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) - PROJETO DE LEI N.º 50/80, do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo a asfaltar a rodovia que liga os Municípios de Astorga e Jaguapitã, como específica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 6) - PROJETO DE LEI N.º 51/80, do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo a asfaltar a rodovia que liga os Municípios de Nossa Senhora das Graças a Colorado, como específica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 7) - PROJETO DE LEI N.º 52/80, do Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo a asfaltar a rodovia que liga o Município de Iguaçu ao Distrito de Ângulo, como específica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 8) - PROJETO DE LEI N.º 55/80, do Deputado Tercio Albuquerque. Declara de utilidade pública a Sociedade Pestalozzi, São Miguel do Iguaçu, com sede e foro em São Miguel do Iguaçu. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) - PROJETO DE LEI N.º 56/80, do Deputado Tercio Albuquerque. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Casa Escolar Coelho Neto, com sede e foro em São Miguel do Iguaçu. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 10) -

PROJETO DE LEI N.º 57/80, do Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública, a Casa do Bom Menino de Arapongas. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11) - PROJETO DE LEI N.º 58/80, do Deputado Florisvaldo Palácios. Declara de utilidade pública a Caritas Diocesana de Jacarezinho, da Cidade de Jacarezinho. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12) - PROJETO DE LEI N.º 61/80, do Deputado Adalberto Daros. Declara de utilidade pública o Templo Espiritualista Estrela do Oriente, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 13) - PROJETO DE LEI N.º 63/80, dos Deputados Adalberto Daros, Domício Scaramella e Mário Celso. Declara de utilidade pública a Tenda Espírita Pai João D'Angola, de Aruanda, com sede e foro nesta Capital. Relator Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 14) - PROJETO DE LEI N.º 64/80, dos Deputados Deni Schwartz, Domício Scaramella, Renato Bueno e João Elísio. Denomina Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi, a Rodovia PR-170, no Município de General Carneiro, como específica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 15) - PROJETO DE LEI N.º 66/80, do Deputado Gabriel Manoel. Declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão, com sede e foro em Figueira. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 16) - PROJETO DE LEI N.º 67/80, do Deputado Wilson Fortes. Cria no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, o Distrito Administrativo de Santa Esmeralda, como específica. Relator Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 17) - PROJETO DE LEI N.º 181/79, do Deputado Domício Scaramella. Dá nova redação ao artigo 53, da Lei Complementar n.º 2, como específica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 18) - PROPOSIÇÃO N.º 41/80, do Poder Executivo. Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei n.º 152/79, como específica. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário. Aprovado. O Senhor Deputado Ezequias Losso requer ao Sr. Presidente desta Comissão que seja oficiado à Comissão Executiva, solicitando que o Projeto de Lei, antes de ser autuado, seja encaminhado ao órgão competente desta Casa, a fim de que se manifeste sobre a procedência do mesmo, para que seja evitada a tramitação de projetos de lei, ou mesmo leis, idênticos. Deferido o requerimento. O Sr. Deputado José Tavares solicita a esta Comissão providências necessárias no sentido de que seja mantido o que já foi aprovado nesta Casa, referente à denominação da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia, conforme Projeto de Lei n.º 45/77, que denomina Juscelino Kubitschek de Oliveira a referida Usina, ficando os demais projetos de lei sobre o assunto, prejudicados, considerando que o de n.º 45/77, já foi encaminhado à Sanção Governamental, tendo, portanto, sido apreciado e aprovado nesta Casa. O Sr. Presidente esclarece que esta Comissão pode apenas oficiar à Comissão Executiva solicitando que seja mantido o que foi aprovado no Projeto de Lei n.º 45/77. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Deputado Augusto Carneiro, pelos Srs. Deputados presentes à reunião e por mim,

Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO

Presidente

Rita Soares Bertoli - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9.ª LEGISLATURA - 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e oitenta, às dezessete horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Augusto Carneiro e presentes os Srs. Deputados: Ezequias Losso, Gilberto Carvalho, Lázaro Dumont, Luiz Alberto de Oliveira, José Tavares, Nilton Friedrich, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo e Ruben Valduga, bem como demais Srs. Deputados de acordo com a Resolução n.º 327/77, e de conformidade com convite feito por esta Comissão, compareceu à reunião o Sr. Procurador Geral do Estado, Dr. Ivan Ordine Righi, a fim de prestar esclarecimentos e debater sobre o PROJETO DE LEI N.º 172/79, que dispõe sobre o regime de remuneração aos Assistentes Judiciários. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu a reunião, fazendo a apresentação do Dr. Ivan Ordine Righi e agradecendo, em nome da Comissão, o atendimento ao convite para este debate. O Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira solicitou ao Sr. Presidência preferência na apreciação ao Parecer do PROJETO DE LEI N.º 10/80, Mensagem n.º 10/80, que aliena, através da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado, o imóvel da Gleba 2, da Colônia de São Jerônimo da Serra, aos seus legítimos ocupantes. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL com pedido de diligência junto à FUNAI, do Sr. Deputado Deni Schwartz. Em discussão e votação. O Sr. Deputado José Tavares requer seja oficiada à FUNAI, dando ciência da tramitação do Projeto de Lei, encaminhando anexo fotocópias de todo o processo. Deferido o requerimento. Aprovado o PARECER FAVORÁVEL. Em seguida o Dr. Ivan Ordine Righi fez explanação sobre a matéria contida no PROJETO DE LEI N.º 172/79, fazendo estudo comparativo entre o problema em apreço e a prioridade em outros setores, como por exemplo a saúde, a habitação, a educação, etc. Fez, também, comparação com o problema no Brasil e as soluções adotadas em outros países. Analisou o problema atual e a Assistência Judiciária prestada pelas Procuradorias e Sub-Procuradorias que estão sendo instaladas no interior do Estado e ainda, os Escritórios Modelos anexos às Faculdades de Direito de Londrina e Jacarezinho, os quais prestem assistência judiciária gratuita. O Sr. Procurador esclareceu que é propósito da Procuradoria Geral do Estado a formação de uma Comissão Especial composta por representa-

tes de diversas entidades ligadas ao assunto, a fim de, depois de estudar o assunto, concluir uma solução adequada. Terminada a exposição o Sr. Procurador colocou-se à disposição dos presentes para dirimir dúvidas e debater o problema. O Sr. Presidente estabeleceu que cada Deputado poderia, no primeiro rodízio, fazer duas perguntas sobre o assunto. Debateram, fazendo as perguntas necessárias, os Srs. Deputados: José Tavares, Nilso Sguarezi, Ruben Valduga, Nilton Friedrich, Luiz Alberto de Oliveira, Gilberto Carvalho e Paulo Camargo. Debates foram feitos e como conclusão final foi aprovada a formação de uma Comissão, com um ou dois relatores que estudaram a matéria, conforme sugeriu o Sr. Procurador Geral do Estado. Esclareceu, ainda o Sr. Procurador que nesta oportunidade se faz portador da Secretaria da Justiça, no sentido de responder ofício desta Comissão, relacionado com a diligência requerida ao Plano de Lei em debates. Informou que é pensamento da Secretaria da Justiça a formação desta Comissão, com o fim de chegar a uma conclusão satisfatória. Encerrados os debates, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1) — PROJETO DE LEI N.º 17/80, do Deputado Adalberto Daros. Concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, à Sua Santidade o Papa João Paulo II: Relator Deputado Fidelcino Tolentino. Parecer FAVORÁVEL com requerimento de diligência do Sr. Deputado Renato Bernardi. O Sr. Deputado Gilberto Carvalho solicitou seja o Projeto apreciado em razão do regime de urgência. Aprovado o Parecer. 2) — PROJETO DE LEI N.º 42/80, do Deputado Aírton Cordeiro. Declara de utilidade pública o Centro Espírita Caminho, Verdade e Vida, de Araucária. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 43/80, do Deputado Aírton Cordeiro. Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, de São José dos Pinhais. Relator Deputado José Tavares. Requer seja convertido em diligência junto ao autor, a fim de anexar documentos. Deferido. 4) — PROPOSIÇÃO N.º 28/80, Mensagem sobre convênios com diversos Municípios. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 5) — PROPOSIÇÃO n.º 39/80, do Poder Executivo. Mensagem sobre renovação de convênio com o Município de Curitiba. Relator Deputado Adalberto Daros. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou a reunião, agradecendo, mais uma vez, a presença do Sr. Procurador Geral do Estado. Lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO

Presidente

Rita Soares Bertoli, Secretária

Atos da Comissão Executiva

DECRETO LEGISLATIVO N.º 344/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

I — exonerar, AMASILIA ARAUJO BRUEL, ocupante do cargo, símbolo 3—C, de Assessor Parlamentar, como lotação no Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino; e,

II — revogar o Decreto Legislativo n.º 214/79, de 03 de abril de 1.979, que autorizou a mesma a prestar serviço extraordinário, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 6606)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 345/80

prover, ISMAEL ALVES PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3—C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fidelcino Tolentino.

(Protoc. n.º 6606)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.08.1.980

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSI — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

Atos da Diretoria Geral

PORTARIA N.º 552/80

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

designar, FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, matrícula n.º 516, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Administrativo.

(Protoc. n.º 6771)

PORTARIA N.º 553/80

conceder à funcionária TEREZINHA RUPPEL GLUCK SCHEER, matrícula n.º 323, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.980, a partir de 04 de agosto de 1.980.

(Protoc. n.º 6643)

PORTARIA N.º 554/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais em favor de LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula n.º 161, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.979, que deixou de gozar; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 1.º de julho de 1.980, data em que, em razão da contagem em dobro das férias referentes ao ano de 1.979, completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%).

(Protoc. n.º 3951)

PORTARIA N.º 555/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula n.º 064, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo de Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.979, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 5607)

PORTARIA N.º 556/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de NILTON BUSATO, matrícula n.º 317, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo D, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.979, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 6433)

PORTARIA N.º 557/80

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula n.º 079, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.979, que deixou de gozar.

(Protoc. n.º 6515)

PORTARIA N.º 558/80

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO, matrícula n.º 047, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 6595)

PORTARIA N.º 559/80

transferir para 1.º a 30 de novembro de 1.980, as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, à funcionária MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula n.º 106, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 6584)

PORTARIA N.º 560/80

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de CLOVIS STADLER DE SOUZA, matrícula n.º 023, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.978 e 1.979 que deixou de gozar; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 17 de dezembro de 1.979, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

(Protoc. n.º 6572)

PORTARIA N.º 561/80

conceder ao funcionário ADAIRTON BORGES DOS SANTOS, matrícula n.º 276, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Gru-

po Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 03 de junho de 1.980, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%), de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970.

(Protoc. n.º 6513)

PORTARIA N.º 562/80

transferir para 1.º a 30 de outubro de 1.980, as férias concedidas pela Portaria n.º 087/80, à funcionária MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE, matrícula n.º 330, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo C, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n.º 6633)

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.08.1.980

a) LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

DIRETOR GERAL